

Nome: _____

RG: _____ Data: _____

PROCESSO SELETIVO DE JUIZ LEIGO - COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG

QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
DIREITO DO CONSUMIDOR**

01. Nos termos da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os critérios que orientam o processo nos Juizados Especiais são a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade;
- b) Os títulos executivos extrajudiciais (cheque, nota promissória etc), cujos valores não excedam o valor correspondente a 20 (vinte) salários mínimos podem ser executados pelo próprio credor, independentemente da assistência por advogado;
- c) É competente, para as causas previstas na Lei 9.099/95, o foro do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza;
- d) O Juizado Especial poderá recepcionar causas de natureza alimentar, desde que demonstrado o relevante fundamento da demanda e a inequívoca iminência de dano irreparável;

02. Em relação aos sujeitos processuais nos juizados especiais cíveis estaduais, assinale a opção CORRETA:

- a) Não é admitida qualquer forma de intervenção de terceiros, de assistência ou litisconsórcio nos processos que tramitam perante os juizados especiais;
- b) Os juízes leigos estarão impedidos de exercer a advocacia em qualquer órgão judicial, durante o período em que estiverem vinculados aos juizados especiais;
- c) Não poderão ser partes nos processos que tramitam perante os juizados especiais, o incapaz, a massa falida, o preso e o insolvente civil;
- d) Sendo facultativa a assistência da parte por advogado, o mandato poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais;

03. Em relação às citações e intimações, em se tratando do procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se fará citação por edital;
- b) A citação sempre será realizada por oficial de justiça, a qual conterà cópia do pedido inicial;
- c) O comparecimento espontâneo, em hipótese alguma, suprirá a falta ou nulidade da citação;
- d) As intimações, porque tem a finalidade de dar ciência às partes dos atos processuais, não serão feitas na forma prevista para citação e somente poderão ser expedidas pelo juízo na forma padronizada pelo Tribunal de Justiça, ficando vedado o uso de outros meios de comunicação;

04. No que se refere à resposta do réu, para o rito previsto na Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), considere as assertivas seguintes e indique a CORRETA:

- a) A contestação deverá ser apresentada, exclusivamente, na forma escrita;
- b) Na apresentação de defesa, poderá o réu apresentar reconvenção, ainda que fundada em fatos que constituem objeto diferente da controvérsia;
- c) É lícito ao réu formular pedido em seu favor, nos limites da competência dos Juizados Especiais, quando da apresentação da defesa, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem o objeto da controvérsia;
- d) O autor não tem direito e, portanto, não poderá responder ao pedido formulado pelo réu, tendo em vista o procedimento abreviado dos Juizados Especiais;

05. Nos termos da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), quanto à audiência de conciliação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São óbvias as vantagens de se conciliar e, portanto, não há necessidade do conciliador fazer esclarecimentos nesse sentido, configurando-se total dispêndio de tempo, em observância aos princípios da eficiência e da celeridade processual;
- b) Não poderá haver opção pelo juízo arbitral, na hipótese das partes não compuserem acordo, porque tal procedimento é vedado pela Lei nº 9.099/95;
- c) Fica dispensada a orientação do juiz togado ao conciliador que conduzirá a audiência, de maneira que poderá agir conforme bem lhe parecer conveniente, após a entrada em vigência da Lei dos Juizados Especiais;
- d) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo;

06. Em relação à execução de sentença, prevista no procedimento dos Juizados Especiais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As sentenças poderão ser ilíquidas, diante de formulação de pedido genérico, devendo o processo sujeitar-se à fase de liquidação de sentença para a execução de quantia certa;
- b) Os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial;
- c) Não há previsão de embargos do devedor no rito dos Juizados Especiais;
- d) Na obrigação de fazer, o juiz não pode determinar o cumprimento por outrem, porque não é admitida a intervenção de terceiro no rito dos Juizados Especiais;

07. Em face da tutela do consumidor, aponte a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade dos profissionais liberais é objetiva;
- b) Os contratos de crédito não são amparados no âmbito do Código de Defesa do Consumidor;
- c) As multas de mora não podem ser superiores a 2% do valor da prestação;
- d) O consumidor não tem direito de arrepender-se das compras feitas em seu domicílio;

08. Na conformidade da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor),

- a) O consumidor deve ser obrigatoriamente pessoa física e fornecedor deve ser necessariamente pessoa jurídica;
- b) O consumidor pode ser pessoa física ou jurídica, mas o fornecedor deve ser obrigatoriamente pessoa jurídica;
- c) O consumidor deve ser obrigatoriamente pessoa física, mas fornecedor pode ser pessoa física ou jurídica;
- d) O consumidor pode ser pessoa física ou jurídica e o fornecedor também pode ser pessoa física ou jurídica;

09. Tratando-se de prestação de serviços por lavanderias, o direito de reclamar por vícios ocultos, que tornam o bem impróprio ao consumo,

- a) Prescreve no prazo de 5 anos contados do conhecimento do vício;
- b) Caduca no prazo de 90 dias contados do fornecimento do serviço;
- c) Caduca no prazo de 30 dias contados da constatação do vício;
- d) Caduca no prazo de 30 dias contados do fornecimento do serviço;

10. Na hipótese de dano causado ao consumidor por defeito de fabricação de veículo importado, a responsabilidade pela sua reparação,

- a) Depende da existência de culpa;
- b) É do comerciante, em primeiro plano;
- c) É exclusiva do importador do veículo;
- d) É do fabricante estrangeiro e do importador nacional, em caráter solidário;

DIREITO CIVIL

11. Acerca da prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Prescrição é a perda do direito potestativo pela inércia do seu titular no período determinado em lei, e a decadência é a perda de uma pretensão decorrente da violação de um direito em razão da inércia do legitimado pelo prazo previsto em lei.
- b) A decadência apenas se aplica às ações de natureza condenatória, e a prescrição apenas se aplica às ações de natureza constitutiva ou desconstitutiva.
- c) Não corre a decadência contra os menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- d) A renúncia à prescrição somente pode ser feita, sem prejuízo de terceiros, e antes de se consumar; a renúncia à decadência prevista em lei é permitida, desde que sem prejuízo de terceiros.

12. Assinale a alternativa incorreta sobre a extinção dos contratos.

- a) O distrato deve seguir a mesma forma exigida para o contrato.
- b) O direito de resolver o contrato por inadimplemento tem natureza de pretensão e se encontra sujeito à prescrição.
- c) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, ou seja, sem a necessidade de intervenção judicial.
- d) A resolução por inadimplemento nos contratos de execução diferida e prestação fracionada provoca efeitos ex tunc, enquanto nos contratos de execução continuada, ou sucessiva, provoca efeitos ex nunc.

13. Em relação à invalidade do negócio jurídico, é correto afirmar que

- a) é anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância, na forma e no objeto.
- b) se ressalvam os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.
- c) a nulidade do negócio jurídico simulado pode ser alegada apenas pelas partes ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

d) a nulidade do negócio jurídico simulado deve ser pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico, lhe sendo permitido supri-las, mediante requerimento das partes

14. É nulo o negócio jurídico quando

- a) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) for ilícito, impossível ou indeterminado, mesmo que determinável o seu objeto.
- c) o motivo determinante para uma das partes for ilícito.
- d) contiver declaração não verdadeira, subsistindo o que se dissimulou, se válido for na substância e forma.

15. Sobre o tema responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Na responsabilidade subjetiva, o dever de reparação do agente advém de uma presunção legal que o torna responsável pelo dano, mesmo que não tenha desejado causar o resultado.
- b) Na responsabilidade objetiva, o agente só responde pelo prejuízo causado por sua conduta se agiu com dolo ou culpa, isto é, se teve a intenção de causar o resultado ou se atuou com imprudência, negligência ou imperícia.
- c) A responsabilidade do dono do animal pelo dano causado por este é objetiva.
- d) A responsabilidade do dono do edifício ou construção pelos danos causados por sua ruína ante a falta de reparos, cuja necessidade seja manifesta, é subjetiva.

PORTUGUÊS

16. A frase abaixo que respeita integralmente a norma culta é:

- a) Se nós nos mantermos quietos, o perigo passa;
- b) Quando eu te ver de novo, dar-te-ei o prêmio;
- c) Estar aqui, para mim, é um prazer;
- d) Os policiais interviram na briga;

17. Um determinado gramático pretende corrigir alguns desvios no uso da norma e cita uma série de exemplos de erros comuns; o exemplo em que a correção proposta mostra adequação é:

- a) Sito à rua e não sito na rua;
- b) Entrega a domicílio e não entrega em domicílio;
- c) Erros que passam despercebidos e não desaperecebidos;
- d) Discreção é o ato de ser discreto – discrição não existe;

18. A frase abaixo que está integralmente adequada à norma culta da língua portuguesa é:

- a) Os turistas na cidade preferiam mais as praias do que as atrações históricas;
- b) Quando os policiais interviram na discussão, tudo se acalmou;
- c) Os passageiros reaveram os objetos perdidos após uma hora de espera;
- d) Ao invés de irem embora, os candidatos permaneceram no local das provas.

19. Parônimos são palavras semelhantes, mas de sentido diferente; a frase abaixo em que a forma sublinhada mostra uma forma de um parônimo/homônimo mal-empregada é

- a) O aumento era tão pequeno que passou despercebido.
- b) Ela trabalhava na seção de perfumes da loja.
- c) Falou acerca da situação política.
- d) Não estou feliz aqui; vou imigrar.

20. “Medo todos têm. A diferença é que o covarde não controla o medo, e o corajoso o supera”. Sobre essa frase, assinale a única afirmação correta.

- a) O pronome “todos” se refere aos covardes e aos corajosos.
- b) A forma verbal “têm” não deveria levar acento.
- c) O ponto entre os dois períodos equivale à conjunção “portanto”.
- d) A forma “não controla” equivale a “descontrola”.

PROCESSO CIVIL

21. De acordo com a legislação processual civil, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações:

- a) de locação de bem móvel.
- b) possessórias, em qualquer caso.
- c) pessoais.
- d) que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

22. Ao que se refere às provas, adota-se, no CPC, o sistema:

- a) das ordálias.
- b) da livre convicção (ou íntimo ou moral).
- c) do livre convencimento motivado.
- d) da prova legal.

23. Com base na teoria geral dos recursos, assinale a opção correta:

- a) O direito de recorrer é um direito potestativo processual.
- b) O agravo de instrumento interposto contra decisão que nega seguimento aos recursos especial e extraordinário não dispensa o preparo.
- c) A renúncia do recurso não impede a interposição posterior de outro recurso.
- d) É possível desistir do recurso antes da sua interposição.

24. Não constitui requisito intrínseco de admissibilidade recursal

- a) A legitimidade.
- b) O interesse recursal.
- c) A regularidade formal.
- d) A inexistência de fato impeditivo ou extintivo.

25. O dever de imparcialidade do magistrado é inerente ao exercício da jurisdição. A legislação processual civil prevê dois institutos por meio dos quais é possível afastar o juiz da demanda: o impedimento e a suspeição. Não se enquadra nas hipóteses de suspeição previstas no CPC o fato de:

- a) O juiz conhecer o processo contencioso ou voluntário em primeiro grau de jurisdição e ter-lhe proferido sentença ou decisão.
- b) O juiz ser herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- c) Alguma das partes ser credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes deste, em linha reta ou na colateral até terceiro grau.
- d) O juiz ser interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Em determinado hospital público pertencente à União, foram construídos, na área interna do terreno em que está situado e que também pertence à União, diversos imóveis de 150 m² de área, para moradia temporária de médicos residentes. Os referidos imóveis são benfeitorias do hospital, sendo parte integrante deste, que é um bem afetado a finalidade pública. No entanto, o custo de manutenção desses imóveis ficou, ao longo do tempo, muito alto, e o diretor do hospital resolveu vendê-los. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) Os imóveis construídos na área interna do hospital, que é afetado a uma finalidade pública, como benfeitorias e partes integrantes que dele são, amoldam-se à definição de bens de uso especial.
- b) Os imóveis cuja venda se discute estão submetidos ao instituto da afetação e, portanto, podem ser vendidos, sobretudo por haver justificação no seu alto custo de manutenção.
- c) Não só o hospital e os imóveis que foram construídos em sua área como também os bens de uso especial, de forma geral, concentram-se no domínio da União.
- d) Os médicos residentes que permanecerem residindo nos imóveis mencionados por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, adquirirão o domínio desses bens, podendo pleitear a usucapião.

27. Acerca dos princípios de direito administrativo, assinale a opção incorreta.

- a) Tanto a administração direta quanto a indireta se submetem aos princípios constitucionais da administração pública.
- b) O rol dos princípios administrativos, estabelecido originariamente na CF, foi ampliado para contemplar a inserção do princípio da eficiência.
- c) O princípio da legalidade, por seu conteúdo generalizante, atinge, da mesma forma e na mesma extensão, os particulares e a administração pública.
- d) Embora vigente o princípio da publicidade para os atos administrativos, o sigilo é aplicável em casos em que este seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

28. Assinale a opção correta acerca da exoneração de servidores públicos segundo a Lei n.º 8.112/1990.

- a) A vacância do cargo público é decorrência exclusiva da exoneração.
- b) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e, no último caso, ela ocorrerá quando não forem satisfeitas as condições do estágio probatório ou quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- c) A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança não fica ao alvedrio da autoridade que investiu o agente da função ou do cargo em comissão.
- d) Quando requerida a exoneração pelo próprio servidor, a autoridade superior competente pode deixar de realizar o ato, caso o pequeno número de servidores no setor ocupado pelo requerente possa comprometer a continuidade do serviço público.

29. João, servidor público federal, trabalhou desidiosamente, durante 4 dias, em determinado procedimento administrativo. Paulo, seu chefe imediato, observando tal situação, aplicou a João uma advertência e determinou que ela fosse registrada nos assentamentos funcionais de João. Em face da situação hipotética apresentada e das regras que regem a aplicação de punição disciplinar aos servidores públicos federais, segundo a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- a) A aplicação de advertência a João, sem a instauração de sindicância, em que o servidor teria assegurada ampla defesa, configura nulidade absoluta.
- b) A advertência não pode ser registrada em assentamentos funcionais, por se caracterizar como ato oral.
- c) O registro nos assentamentos funcionais de João corresponde a um ato de indicição.
- d) Como a infração cometida por João sujeita-se à penalidade de advertência, a ação disciplinar contra o servidor estaria prescrita em 120 dias.

30. Acerca da competência revogatória da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Na ausência de dispositivo legal que regule a matéria, no exercício das funções administrativas, a competência para revogar um ato administrativo é sempre da autoridade que o tenha praticado.
- b) Ao Poder Judiciário não se reconhece competência para revogar atos administrativos.
- c) O exercício da competência revogatória é decorrência do princípio da publicidade dos atos administrativos.
- d) A competência revogatória pode ser exercida mesmo após a consumação e o exaurimento dos efeitos do ato administrativo praticado.

Gabarito Oficial Prova Juiz Leigo – Comarca de Pouso Alegre/MG 2023

| | |
|----|---------|
| 01 | D |
| 02 | C |
| 03 | A |
| 04 | C |
| 05 | D |
| 06 | B |
| 07 | C |
| 08 | D |
| 09 | C |
| 10 | D |
| 11 | C |
| 12 | B |
| 13 | B |
| 14 | D |
| 15 | C |
| 16 | C |
| 17 | C |
| 18 | D |
| 19 | ANULADA |
| 20 | A |
| 21 | D |
| 22 | C |
| 23 | A |
| 24 | C |
| 25 | A |
| 26 | A |
| 27 | C |
| 28 | B |
| 29 | A |
| 30 | B |